

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA – DE ABRIL A SETEMBRO DE 2020

Elaborado por Fernando Pereira Ricardo

Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas

Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-601/18 P; ECLI:EU:C:2020:751

Partes: Prysmian SpA e o. / Comissão.

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu dos cabos elétricos subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no âmbito de projetos – Infração única e continuada – Sucessão de entidades jurídicas – Imputabilidade do comportamento ilícito – Princípio da igualdade de tratamento – Desvirtuação de elementos de prova – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 20.º – Poderes de inspeção da Comissão Europeia em matéria de acordos, decisões e práticas concertadas – Poder de copiar dados sem uma análise prévia e de os analisar em seguida nas instalações da Comissão – Coimas.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-462/19; ECLI:EU:C:2020:715

Partes: Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia / Asociación Nacional de Empresas Estibadoras y Consignatarios de Buques (Anesco) e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Conceito de “órgão jurisdicional” na aceção do artigo 267.º TFUE – Critérios – Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia (Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência, Espanha) – Inadmissibilidade do pedido de decisão prejudicial.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de julho de 2020, proferido no âmbito do Processo C-606/18 P; ECLI:EU:C:2020:571

Partes: Nexans France SAS e o. / Comissão.

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu dos cabos elétricos subterrâneos e submarinos – Repartição do mercado no âmbito de projetos – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 20.º – Poderes de inspeção da Comissão Europeia em matéria de cartéis – Poder de copiar dados sem exame prévio e de os examinar em seguida nas instalações da Comissão – Coimas – Competência de plena jurisdição.

Acórdão do Tribunal Geral de 8 de julho de 2020, proferido no âmbito do Processo T-758/14 RENV; ECLI:EU:T:2020:307

Partes: Infineon Technologies AG / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos – Mercado de chips para cartões – Decisão que declara a violação do artigo 101.º TFUE – Troca de informações comerciais sensíveis – Competência de plena jurisdição – Cálculo do montante da coima – Consideração da participação unicamente em parte de uma rede de contatos bilaterais entre concorrentes.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de maio de 2020, proferido no âmbito do Processo C-607/18 P; ECLI:EU:C:2020:385

Partes: NKT Verwaltungs GmbH / Comissão.

Descritores: Recurso – Concorrência – Acordos – Mercado europeu de cabos elétricos subterrâneos e submarinos – Partilha de mercado no âmbito de projetos – Multas – Direitos de defesa – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 27.º, n.º 1 – Concordância entre a comunicação de acusações e a decisão impugnada – Acesso ao processo – Infração única e continuada – Ônus da prova – Desvirtuamento de argumentos e de elementos de prova.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 2 abril de 2020, proferido no âmbito do Processo C-228/18; ECLI: ECLI:EU:C:2020:265

Partes: Gazdasági Versenyhivatal / Budapest Bank Nyrt., e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Artigo 101.º, n.º 1, TFUE – Sistemas de pagamento através de cartão – Acordo interbancário que fixa o nível das taxas de intercâmbio – Acordo restritivo da concorrência tanto pelo seu objetivo como pelo seu efeito – Conceito de restrição da concorrência por objeto.

Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-516/19; ECLI:EU:C:2020:754

Partes: NMI Technologietransfer GmbH / EuroNorm GmbH

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Artigos 107.º e 108.º TFUE – Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Isenção de certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno – Anexo I – Pequenas e médias empresas (PME) – Definição – Critério de independência – Artigo 3.º, n.º 1 – Empresa autónoma – Artigo 3.º, n.º 4 – Exclusão – Controlo indireto de 25 % do capital ou dos direitos de voto por organismos públicos – Conceitos de “controlo” e de “organismos públicos”.

Acórdão do Tribunal Geral de 23 de setembro de 2020, proferido no âmbito dos Processos T-515/13 RENV e T-719/13 RENV; ECLI:EU:T:2020:434

Partes: Espanha e o. / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio concedido pelas autoridades espanholas a favor de certos agrupamentos de interesse económico (AIE) e dos seus investidores – Regime fiscal aplicável a certos acordos de locação financeira para aquisição de navios (regime espanhol de leasing fiscal) – Decisão que declara o auxílio em parte incompatível com o mercado interno e que ordena a sua recuperação parcial – Carácter seletivo – Dever de fundamentação – Recuperação do auxílio – Igualdade de tratamento – Confiança legítima – Segurança jurídica.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-594/18 P; ECLI:EU:C:2020:742

Partes: Áustria / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 3, alínea c), TFUE – Artigos 11.º e 194.º TFUE – Artigo 1.º, artigo 2.º, alínea c), e artigo 106.º-A, n.º 3, do Tratado Euratom – Auxílio previsto a favor da unidade C da central nuclear de Hinkley Point (Reino Unido) – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Objetivo de interesse comum – Objetivos ambientais da União

Europeia – Princípios da proteção do ambiente, do poluidor-pagador, da precaução e da sustentabilidade – Determinação da atividade económica em causa – Deficiência de mercado – Proporcionalidade do auxílio – Auxílio ao investimento ou ao funcionamento – Determinação dos elementos do auxílio – Comunicação sobre as garantias.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-212/19; ECLI:EU:C:2020:726

Partes: Ministre de l’Agriculture et de l’Alimentation / Compagnie des pêches de Saint-Malo

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Conceito – Naufrágio do navio petrolífero Erika – Regime de auxílios a favor de empresas de aquicultura e de pesca – Decisão que declara o regime de auxílios em parte incompatível com o mercado comum e que ordena a recuperação dos auxílios pagos – Apreciação da validade Avaliação oficiosa Admissibilidade Não interposição de um recurso de anulação pela recorrida no processo principal Redução de encargos sociais – Contribuições dos trabalhadores – Vantagem – Determinação do devedor da obrigação de restituição.

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-745/17; ECLI:EU:T:2020:400

Partes: Kerkosand spol. s r. o. / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio destinado a um projeto de investimento no oeste da Eslováquia – Auxílio ao investimento com finalidade regional – Rejeição de uma denúncia – Decisão de não levantar objeções – Condições de isenção – Artigo 14.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Alcance do poder de fiscalização da Comissão – Orientações relativas aos auxílios de Estado com finalidade regional para o período 2014-2020 – Conceito de PME – Artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, do anexo I do Regulamento n.º 651/2014 – Dados a reter para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros e período de referência – Artigo 4.º do anexo I do Regulamento n.º 651/2014 – Dúvidas quanto à compatibilidade do auxílio com o mercado interno – Artigo 4.º, n.º 4, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Dificuldades sérias.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 setembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-817/18 P; ECLI:EU:C:2020:637

Partes: Vereniging tot Behoud van Natuurmonumenten in Nederlande o. / Vereniging Gelijkberechtiging Grondbezitters

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Regime de auxílios relativo à aquisição subvencionada ou à disponibilização a título gratuito de zonas naturais – Procedimento preliminar de investigação – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Recurso de anulação – Admissibilidade – Regulamento (CE) n.º 659/1999 – Artigo 1.º, alínea *b)* – Conceito de “parte interessada” – Relação de concorrência – Conceito de “dificuldades sérias” – Serviço de interesse económico geral – Atividades secundárias – Conexão.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de julho de 2020, proferido no âmbito do Processo C-686/18; ECLI:EU:C:2020:567

Partes: OC e o. / Banca d'Italia

Descritores: Reenvio prejudicial – Admissibilidade – Artigos 63.º e seguintes TFUE – Livre circulação de capitais – Artigos 107.º e seguintes TFUE – Auxílios de Estado – Artigos 16.º e 17.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Liberdade de empresa – Direito de propriedade – Regulamento (UE) n.º 575/2013 – Requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento – Artigo 29.º – Regulamento (UE) n.º 1024/2013 – Artigo 6.º, n.º 4 – Supervisão prudencial das instituições de crédito – Funções específicas atribuídas ao Banco Central Europeu (BCE) – Regulamento Delegado (UE) n.º 241/2014 – Normas técnicas de regulamentação dos requisitos de fundos próprios das instituições – Legislação nacional que impõe um limite do ativo aos bancos populares constituídos sob a forma de sociedades cooperativas e que permite limitar o direito ao reembolso das ações dos sócios exonerados.

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de julho de 2020, proferido no âmbito dos Processos T-778/16 e T-892/16; ECLI:EU:T:2020:338

Partes: Irlanda / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílios implementados pela Irlanda – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ilegal e ordena a sua recuperação – Decisões fiscais preliminares – Vantagens fiscais seletivas – Princípio do preço de plena concorrência.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de junho de 2020, proferido no âmbito do Processo C-262/18 P; ECLI:EU:C:2020:450

Partes: Comissão / Dôvera zdravotná poisťovňa, a.s. e o.

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1, TFUE – Regime de Segurança Social – Organismos de seguros de doença – Conceitos de “empresa” e de “atividade económica” – Finalidade social – Princípio da solidariedade – Controlo do Estado – Avaliação global – Possibilidade de procurar a obtenção de lucros – Concorrência residual quanto à qualidade e à oferta das prestações de seguro de doença.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de junho de 2020, proferido no âmbito do Processo C-456/18 P; ECLI:EU:C:2020:421

Partes: Hungria / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Alegados auxílios – Decisão de dar início ao procedimento previsto no artigo 108.º, n.º 2, TFUE – Injunção de suspensão das medidas em causa – Condições de legalidade da injunção.

Acórdão do Tribunal Geral de 13 de maio de 2020, proferido no âmbito do Processo T-716/17; ECLI:EU:T:2020:181

Partes: Germanwings GmbH / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Setor aéreo – Auxílio concedido por Itália a favor dos aeroportos sardos – Decisão que declara o auxílio em parte compatível e em parte incompatível com o mercado interno – Imputabilidade ao Estado – Beneficiários – Vantagem para as companhias aéreas cocontratantes – Princípio do operador privado em economia de mercado – Afetação das trocas comerciais entre Estados-Membros – Violação da concorrência – Dever de fundamentação – Regime de auxílios – Auxílio de minimis – Recuperação.

Acórdão do Tribunal Geral de 13 de maio de 2020, proferido no âmbito do Processo T-607/17; ECLI:EU:T:2020:180

Partes: Volotea, SA, com / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Setor aéreo – Auxílio concedido pela Itália a favor dos aeroportos sardos – Decisão que declara o auxílio em parte compatível e em parte incompatível com o mercado interno – Imputabilidade ao Estado – Recuperação – Beneficiários – Vantagem para as companhias aéreas cocontratantes – Princípio do operador privado em economia de mercado – Seletividade – Afetação das trocas comerciais

entre Estados-Membros – Violação da concorrência – Recuperação – Confiança legítima – Dever de fundamentação.

Acórdão do Tribunal Geral de 13 de maio de 2020, proferido no âmbito do Processo T-8/18; ECLI:EU:T:2020:182

Partes: easyJet Airline Co. Ltd / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Setor aéreo – Auxílio concedido por Itália a favor dos aeroportos da Sardenha – Decisão que declara o auxílio em parte compatível e em parte incompatível com o mercado interno – Imputabilidade ao Estado – Beneficiários – Vantagem para as companhias aéreas cocontratantes – Princípio do operador privado em economia de mercado – Afetação das trocas comerciais entre Estados-Membros – Violação da concorrência – Recuperação – Confiança legítima – Dever de fundamentação.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de maio de 2020, proferido no âmbito do Processo C-148/19 P; ECLI:EU:C:2020:354

Partes: BTB Holding Investments SA e o. / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílios regionais a favor da indústria siderúrgica – Decisão que declara os auxílios incompatíveis com o mercado comum – Conceito de “auxílios de Estado” – Vantagem – Critério do operador privado – Erro manifesto – Ónus da prova – Limites da fiscalização judicial.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 30 de abril de 2020, proferido no âmbito do Processo C-627/18; ECLI:EU:C:2020:321

Partes: Nelson Antunes da Cunha, Lda / Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP (IFAP)

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Artigo 108.º TFUE – Regime de auxílios incompatível com o mercado interno – Decisão da Comissão Europeia que ordena a recuperação dos auxílios ilegais – Regulamento (UE) 2015/1589 – Artigo 17.º, n.º 1 – Prazo de prescrição de dez anos – Aplicação aos poderes de recuperação da Comissão – Artigo 16.º, n.ºs 2 e 3 – Regulamentação nacional que prevê um prazo de prescrição inferior – Princípio da efetividade.

Concentrações de empresas

Acórdão do Tribunal Geral de 28 de maio de 2020, proferido no âmbito do Processo T-399/16; ECLI:EU:T:2020:217

Partes: CK Telecoms UK Investments Ltd / Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Atividades de telecomunicações sem fios – Mercado retalhista de serviços de telecomunicações móveis – Mercado grossista de acesso e originação de chamadas nas redes públicas móveis – Aquisição da Telefónica Europe pela Hutchison – Decisão de declaração de concentração incompatível com o mercado interno – Mercado oligopolístico – Obstáculo significativo à concorrência efetiva – Efeitos unilaterais – Ónus da prova – Exigência da prova – Quotas de mercado – Efeitos da concentração sobre os preços – Análise quantitativa da pressão ascendente esperada sobre preços – Concorrentes próximos – Forte restrição competitiva – Importante motor da concorrência – Acordos de compartilhamento de rede – Grau de concentração – Índice Herfindahl-Hirschmann – Erro de direito – Erro de avaliação.